



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Processo nº 26.0.000000139-1

EDITAL Nº 58/2026

FORMAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA ATUAÇÃO EM INTIMAÇÕES ELETRÔNICAS NAS HIPÓTESES DE FÉRIAS, AFASTAMENTOS E LICENÇAS DE DEFENSORES(AS) PÚBLICOS(AS) DA CAPITAL E DO INTERIOR

A **DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 100, da Lei Complementar 80/1994, art. 36, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos(as) interessados(as), que estão sendo destinadas vagas para compor Grupo de Trabalho, e

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade do serviço público e o cumprimento de intimações virtuais no período de férias, afastamentos e licenças dos(as) Defensores(as) Públicos(as) com atuação na Capital e no Interior;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar sobrecarga de funções aos Membros de Defensoria Pública quando do retorno de períodos de férias, afastamentos e licenças;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Instrução Normativa nº 238/2025.

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar a todos os membros, em condição de igualdade, a participação nas atividades promovidas pela Defensoria Pública.

RESOLVE:

Art. 1º. Oferecer **vagas** para atuação até o dia 31 de janeiro de 2027, nas intimações eletrônicas nas hipóteses de férias, afastamentos e licenças de Defensores(as) Públicos(as) iguais ou superiores a 10 (dez) dias.

§1º. A escolha dos(as) Defensores(as) Públicos(as) que formarão o Grupo de Trabalho – GT disciplinado no presente Edital observará o critério da **antiguidade**.

§2º. Os(As) Defensores(as) Públicos(as) selecionados nos Editais nº 01/2024, nº 07/2024, nº 201/2024, e 12/2025, perderão a preferência para as atuações no presente edital.

§3º. Também perde a preferência para atuação prevista neste Edital o(a) Defensor(a) Público(a) que estiver em desempenho de atividade cumulativa.

§4º. Caso nenhum(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ou suplente se disponibilize a realizar a atuação prevista neste Edital, as Centrais das Defensorias da Capital e do Interior poderão oferecer a atuação aos membros que não fazem parte do Grupo de Trabalho aqui disciplinado.

§5º. Em casos devidamente justificados, poder-se-á oferecer edital com prazo inferior a 10 (dez) dias.

Art. 2º. Para fins do presente Edital, são consideradas as atuações nos portais de intimações eletrônicas estabelecidas por portaria específica em órgão defensorial diferente da titularidade/designação ordinária de cada Defensor(a) Público(a) interessado(a).

Art. 3º. Em se tratando de processos em curso no **sistema E-SAJ**, o(a) Defensor(a) Público(a)

selecionado(a) ficará responsável pelo cumprimento tanto das **intimações recebidas** (pelo decurso do prazo de 10 dias, nos termos do art. 5º, §3º, parte final, da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 – VERMELHAS), quanto das **intimações disponibilizadas** (AZUIS).

§1º. O(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ficará responsável por todas as intimações disponibilizadas (AZUIS), inclusive em relação às anteriores ao prazo previsto na portaria, até 5 dias corridos antes do encerramento do período de atuação.

§2º. O(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ficará responsável por todas as intimações recebidas (VERMELHAS) durante a vigência da portaria, sendo as anteriores de responsabilidade do defensor titular/designado.

§3º. Não se aplicará a regra do §1º, na hipótese de o Defensor(a) Público(a) em gozo de férias e demais afastamentos não deixar qualquer processo na caixa de INTIMAÇÕES DISPONIBILIZADAS (AZUL), ficando o(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) responsável por todas as intimações disponibilizadas (azul).

Art. 4º. Em se tratando de processos em curso no **sistema PJE**, o(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ficará responsável pelo cumprimento tanto dos **“prazos sem ciência registrada no sistema”** (tarja vermelha/tomar ciência), quanto dos **“prazos decorrendo com ciência registrada”** (tarja branca/aguardando resposta).

§1º. O(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ficará responsável por todos os **“prazos sem ciência registrada no sistema”** (tarja vermelha/tomar ciência), inclusive em relação às anteriores ao prazo previsto na portaria, até 5 dias corridos antes do encerramento do período de atuação.

§2º. O(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) ficará responsável pelos **“prazos decorrendo com ciência registrada”** (tarja branca/aguardando resposta) durante a vigência da portaria, sendo os anteriores de responsabilidade do defensor titular/designado.

§3º. Não se aplicará a regra do §1º, na hipótese de o(a) Defensor(a) Público(a) em gozo de férias e demais afastamentos **não deixar nenhum processo em ambas as listas de intimação** (recebidas/vermelhas e disponibilizadas/azuis), ficando o(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) responsável por todas as intimações (recebidas/vermelhas e disponibilizadas/azuis) do período.

Art. 5º. Compete ao(a) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) dar “baixa” nas intimações constantes do sistema no período de sua responsabilidade, bem como informar à Coordenadoria das Defensorias da Capital ou do Interior sobre intimações referentes a audiências.

Art. 6º. Será expedida pelo *Gabinete* da Defensoria Pública Geral *Portaria* com o nome de todos os membros que formarão no Grupo de Trabalho regulado neste Edital.

Art. 7º. Será expedida pela Coordenadoria das Defensorias da Capital – CDC ou pela Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI, a depender da unidade judiciária onde a atividade será realizada, *Portaria* específica para atuação, SEM qualquer prejuízo a atuação ordinária no respectivo órgão.

Art. 8º. O(A) Defensor(a) Público(a) selecionado(a) será compensado mediante o pagamento do valor correspondente a 0,5/30 do percentual estipulado no inciso I, do art. 2º da IN nº 238/2025 (atividade cumulativa) por dia de atuação.

Art. 9º. A desistência da atividade para a qual o Defensor Público foi selecionado, quando formalizada após o início do período de sua execução, sujeita-o às seguintes disposições:

I - Permanecerá com a responsabilidade funcional sobre todos os atos e intimações pertinentes à atividade até o dia de seu pedido de desistência, o qual deverá ser dirigido à coordenação respectiva.

II - Ficarão impedidos de realizar inscrição em editais de mesma natureza pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua desistência.

Parágrafo único. Configura-se a desistência, para os efeitos deste artigo, o pedido de desligamento voluntário da atividade, manifestado formalmente em qualquer data após o início da atuação, estabelecido em portaria.

Art. 10. Os(As) interessados(as) deverão se inscrever através de *link* próprio disponibilizado na plataforma *NOSSA DEFENSORIA*, até o **dia 22 de janeiro de 2026**.

Art. 11. A divulgação dos(as) Defensores(as) Públicos(as) selecionados(as) será publicada na plataforma *INTEGRA*, no **dia 23 de janeiro de 2026**.

Art. 12. As atividades realizadas durante a atuação descrita neste edital, deverão ser cadastradas no sistema *NOSSA DEFENSORIA*, dentro de “Processos”, especificamente no campo “atividades”; em “espécie” preencher: “extraordinárias”, no prazo estabelecido no art. 2º, da Resolução nº 55/2011.

Art. 13. Os casos omissos serão decididos pela Defensora Pública Geral do Estado.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 12 de janeiro de 2026.

Sâmia Costa Farias

Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **Sâmia Costa Farias, Defensor(a) Público Geral**, em 14/01/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.defensoria.ce.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0227202** e o código CRC **306FB5CC**.